Revista CRCSP

5ª Edição | Junho de 2016

Representante brasileiro no Iasb, Amaro Gomes faz um balanço das IFRS no Brasil

Peritos contábeis devem aderir ao Cadastro Nacional até dezembro

Veja se você se enquadra na obrigatoriedade da Educação Profissional Continuada

EXPEDIENTE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
CRCSP

GESTÃO 2016-2017

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Gildo Freire de Araújo

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Marcia Ruiz Alcazar

VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO: José Donizete Valentina

VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: José Aparecido Maion

VICE-PRESIDENTE DE REGISTRO: Neusa Prone Teixeira da Silva

CÂMARA DE RECURSOS

COORDENADORA: Marcia Ruiz Alcazar

COORDENADOR-ADJUNTO: Mauro Manoel Nóbrega

MEMBROS: Adriano Gilioli, Valdimir Batista, Maria Thereza Pompa Antunes e José Carlos Duarte Leardine

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

COORDENADOR: José Aparecido Maion

COORDENADORA-ADJUNTO: Flávia Augusto

MEMBROS: João Carlos Castilho Garcia, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e Rita de Cássia Bolognesi

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENADOR: José Donizete Valentina

COORDENADOR-ADJUNTO: Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos

MEMBROS: Rita de Cássia Bolognesi, Nelmir Pereira Rosas, Walter Iório e Ana Maria Costa

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENADORA: Marcia Ruiz Alcazar

COORDENADOR-ADJUNTO: Carlos Roberto Matavelli

MEMBROS: Bruno Roberto Kalkevicius, Manoel do Nascimento Veríssimo, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira e Manassés Efraim Afonso

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENADOR: José Donizete Valentina

COORDENADOR-ADJUNTO: Marcelo Roberto Monello

MEMBROS: Cibele Costa Pereira, Mauro Túlio Garcia, Paulo Roberto Martinello Júnior e Oswaldo Pereira

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

COORDENADOR: José Aparecido Maion

COORDENADORA-ADJUNTA: Angela Zechinelli Alonso

MEMBROS: Mariano Amádio, Valmir Leôncio da Silva, Alexandre Sanches Garcia e Claudio Avelino Mac-Knight Filippi

CÂMARA DE REGISTRO

COORDENADORA: Neusa Prone Teixeira da Silva

COORDENADOR-ADJUNTO: Umberto José Tedeschi

MEMBROS: Inez Justina dos Santos e Carlos Alberto Vieira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Gildo Freire de Araujo, Marcia Ruiz Alcazar, José Donizete Valentina, José Aparecido Maion, Neusa Prone Teixeira da Silva, Adriano Gilioli, Alexandre Sanches Garcia, Ana Maria Costa, Angela Zechinelli Alonso, Bruno Roberto Kalkevicius, Carlos Alberto Vieira, Carlos Roberto Matavelli, Celso Carlos Fernandes, Cibele Pereira Costa, Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Flávia Augusto, Inez Justina dos Santos, João Carlos Castilho Garcia, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, José Carlos Duarte Leardine, Manassés Efraim Afonso, Manoel do Nascimento Veríssimo, Marcelo Roberto Monello, Maria Thereza Pompa Antunes, Mariano Amádio, Mauro Manoel Nóbrega, Nelmir Pereira Rosas, Oswaldo Pereira, Paulo Roberto Martinello Junior, Rita de Cássia Bolognesi, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, Umberto José Tedeschi, Valdimir Batista, Valmir Leôncio da Silva e Walter Iório

CONSELHEIROS SUPLENTES

Alexandre Ferezini, Alexandre Juniti Kita, Antonio Carlos Gonçalves, Bethel Corcoruto Lombardi, Breno Acimar Pacheco Correa, Claudio Gonçalo Longo, Derneval Gondim Freire, Eduardo José Rodrigues, Emir Castilho, Fernando de Almeida Santos, Jairo Balderrama Pinto, João Edison Demeo, Jorge Alberto da Cunha Moreira, José Augusto Picão, José Luiz Ribeiro de Carvalho, Luis Carlos do Rego, Marcio Lerio da Silva, Marcio Zago, Mauro Túlio Garcia, Moacir da Silva Netto, Niveson da Costa Garcia, Paulo Cesar Adorno, Priscila Cristina Provazi, Roberto Yoshio Kuabata, Rosmary dos Santos, Sandra Regina N. Pizzo Sabathé, Selma do Carmo Ribeiro, Silmar Marques Palumbo, Suely Gualano Bossa Serrati, Takeru Horikoshi, Vitória Lopes da Silva, Wanderley Aparecido Justi, Wanderley Aparecido Justi Júnior, William Peterson de Andrade e Yae Okada

CONSELHO EDITORIAL

Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Alexandre Sanches Garcia, Carlos Roberto Matavelli, Claudio Gonçalo Longo, Celso Carlos Fernandes, Maria Thereza Pompa Antunes, Moacir da Silva Netto, Valmir Leôncio da Silva, Walter Iório, Antoninho Marmo Trevisan, Arthur Carlos das Neves, Eduardo Augusto Rocha Pocetti, Fernando Nunes de Lima, Paulo Henrique Schoueri

Revista do CRCSP
Diretor: Gildo Freire de Araújo
Editora: Graça Ferrari - MTb 11347
Redatores: Michele Mamede - MTb 44087; Thiago Benevides – MTb 68188
Periodicidade: Trimestral
Projeto gráfico: Agência BR2
Impressão: Gráfica Coan
Tiragem: 109 mil

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis
01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3824.5400 (Teleatendimento)
E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

SUMÁRIO

CARTA DO EDITOR	4	14	MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E PERÍCIA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE	5	16	RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR
EMPRESÁRIO DA CONTABILIDADE	8	18	ACADEMIA
AUDITORIA	9	20	LEGISLAÇÃO CONTÁBIL
CONTABILIDADE E O SETOR PÚBLICO	12	21	AGENDA

POR UM NOVO BRASIL

Chegamos à metade do ano com a sensação de recomeço. Para o Brasil, que sofre sua maior crise econômica, este começar de novo traz a esperança de dias mais tranquilos, depois da crise que varreu o país, dividindo opiniões e trazendo à tona desavenças.

É preciso que não tenhamos ilusões. A crise econômica não bate apenas às portas do Brasil. Nossos vizinhos latino-americanos e os países do mundo inteiro vivem problemas econômicos que geram desemprego e pobreza. Sem esquecer que as guerras acabaram gerando movimentos migratórios com alta dose de sofrimento aos povos pela Europa, por exemplo.

Mas, agora, é hora de buscar a união de todas as forças da sociedade para que possamos, no menor tempo possível, partir para novos projetos, cujos objetivos devem estar atrelados ao progresso econômico que privilegie o desenvolvimento da população brasileira. Não será fácil sair do atoleiro, mas é importante que mantenhamos a cabeça na superfície para respirar, num primeiro momento, e partir em carreira acelerada rumo ao crescimento, no momento a seguir.

Como profissionais da contabilidade, apesar de a crise também nos ter afetado, somos a mão de obra necessária em qualquer empreendimento. É hora, então, de mostrarmos a capacidade que temos de fazer do limão uma limonada. É o momento de fazer da crise a nossa oportunidade de mostrar que a Contabilidade é a ferramenta que faz a diferença!

Por Gildo Freire de Araújo
Presidente

CRCSP Transparência e Responsabilidade Social com Excelência

NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUE DEVEM CUMPRIR O PROGRAMA DE EPC AUMENTA EM 2016

Conforme determina a NBC PG 12 (R1), de 21 de dezembro de 2015, o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Sistema CFC/CRCs foi ampliado e as mudanças já estão valendo para o ano de 2016.

Isso aconteceu, segundo afirma o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Nelson Zafra, "para que um número maior de profissionais esteja constantemente atualizado, possibilitando a expansão do conhecimento e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético, como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil".

Os responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, sejam eles contadores ou técnicos em contabilidade, agora precisam cumprir o programa. Isso vale também para aqueles que exercem funções de gerência ou chefia no processo de elaboração das demonstrações das empresas sujeitas à auditoria pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BCB), Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou aquelas consideradas de grande porte, de acordo com a Lei n.º 11.638/2007. A novidade aplica-se ainda para os profissionais que prestam serviços de auditoria em qualquer tipo de empresa.

De acordo com o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP, José Aparecido Maion, a norma de EPC tem como objetivo "manter os profissionais atualizados para fins de maior transparência e prestação de contas ao mercado". Por isso, ela é atualizada periodicamente e evolui a cada nova edição.

A norma estabelece que os profissionais devem cumprir anualmente 40 pontos por meio de cursos e eventos oferecidos por capacitadoras habilitadas pelo Sistema CFC/CRCs.

Nelso Zafra
Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC

As atividades válidas e que valem pontuação, como lembra Nelson Zafra, são a aquisição de conhecimento nas modalidades presenciais, a distância e mistas, por meio de cursos credenciados; eventos credenciados; cursos de pós-graduação oferecidos por instituições de ensino credenciadas pelo MEC (*stricto sensu; lato sensu*); cursos de extensão devidamente credenciados no PEPC.

Também são atividades pontuadas: docência em disciplinas ou temas relacionados à EPC, conforme a Tabela II do Anexo II, da NBC PG 12 (R1) e atuação em atividades relacionadas ao Programa de Educação Profissional Continuada, como participante em comissões técnicas do CFC, dos CRCs, da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e outros órgãos reguladores técnicos ou profissionais, no Brasil ou no exterior, ou como orientador de tese, dissertação ou monografia.

José Aparecido Maion
Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP

É válida também a produção intelectual de forma impressa ou eletrônica relacionada ao PEPC, por meio de publicação de artigos em revistas nacionais e trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais ou internacionais e autoria, coautoria e/ou tradução de livros publicados.

A Comissão de EPC é responsável por definir quais atividades pontuam. Para isso, "a premissa básica é a contribuição para o enriquecimento do conhecimento e utilização dentro da rotina do profissional da contabilidade", explica o coordenador dessa Comissão no CRCSP, Nelmir Pereira Rosas.

O vice-presidente Zafra salienta que as exigências são idênticas para auditores e responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, no que diz respeito à pontuação, atividades válidas e prazos. Ele também afirma que "podem existir cursos e eventos cuja pontuação poderá ser válida para os responsáveis pelas demonstrações contábeis, bem como para os auditores. As pontuações para cada segmento são homologadas pela Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC (CEPC-CFC)".

Para garantir uma avaliação adequada das atividades a serem pontuadas, a comissão é composta por profissionais da contabilidade que atuam como auditores e responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis e, portanto, têm experiência na área.

Ao realizarem atividades visando à pontuação, os profissionais devem ficar atentos. Cabe a eles certificarem-se de que o curso é oferecido por uma capacitadora habilitada e vale pontos. Após a conclusão, é preciso ainda verificar se recebeu a pontuação programada. Nelmir recomenda que os profissionais observem "a adequação das atividades ao seu nível de experiência e de atuação profissional". Embora alguns cursos ampliem o conhecimento geral do profissional, eles não agregam valor, caso o tema não esteja relacionado às atribuições da função desempenhada.

A comprovação do cumprimento do programa é feita com a entrega do Relatório Anual de Pontuação até o dia 31 de janeiro do ano seguinte ao ano-base, acompanhada de cópia da documentação comprobatória das atividades referidas nas Tabelas do Anexo II, da NBC PG 12 (R1).

No Estado de São Paulo, a inclusão das atividades e a geração e envio do relatório são feitos por meio do sistema web do CRCSP, acessado mediante login e senha. A responsabilidade pela veracidade e pelo correto lançamento das informações é do profissional da contabilidade.

Quem descumprir o Programa de EPC estará sujeito a penalidades. No caso dos auditores, isso implica na baixa do registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai). É preciso lembrar ainda que o não cumprimento do programa caracteriza infração às normas profissionais de contabilidade e ao Código de Ética Profissional do Contador. Como consequência, é instaurado um processo administrativo no âmbito do CRC.

Nelmir Pereira Rosas
Coordenador da Comissão de EPC do CRCSP

Contmatic
Phoenix

Nova opção de Banco de Dados, Surpreenda-se

Muito mais Rápido, Seguro e Atual

BTRIEVE 12

A nova versão dos sistemas da Contmatic com o novo banco de dados Btrieve V12, além de mais segura e moderna, agora chega a processar determinadas rotinas até 3 VEZES mais rápido.

Importando, exportando, calculando,
imagine fazer tudo isso de um jeito muito mais rápido e próximo da metade do tempo!

Seja qual for a rotina, você vai ganhar uma quantidade enorme de tempo com apenas uma ÚNICA ESTAÇÃO.

Agora multiplique esse tempo pela quantidade de estações da sua empresa, some a quantidade de dias trabalhados e sinta o quanto você economizou no final do mês.

* valor por estação * promoção válida até 12/2016

www.contmatic.com.br @contmaticweb facebook.com/Contmatic.Phoenix.Oficial

PROCESSO DE SUCESSÃO BEM CONDUZIDO É VITAL PARA SOBREVIVÊNCIA DA EMPRESA

Sucessão é um assunto difícil de ser abordado em qualquer tipo de empresa, familiar ou não, independente do seu tamanho. O processo de sucessão não pode ser feito de uma hora para outra, pois requer tempo, e deve ser iniciado com regras estabelecidas para que não seja colocado na mesa o principal problema: a disputa pelo poder. Especialista em sucessão em empresas familiares, o PhD em Administração pela Florida Christian University, Domingos Ricca, conta que o processo sucessório é trabalhoso. "Em empresa familiar é mais complexo porque, além dos problemas corriqueiros da empresa, a organização familiar tem um envolvimento emocional. Isso é complicado porque parentes podem assumir cargos sem a devida capacidade".

Com a experiência adquirida, para tratar de sucessão Ricca segue alguns passos: o sucessor deve ter o perfil do cargo e valores compatíveis com a empresa, deve dar valor à credibilidade da empresa, ter perseverança, liderança e respeito pela cultura da organização. Além disso, o sucessor deve se adaptar à empresa, jamais o inverso.

Profissionalização é a chave da boa sucessão e regras definidas e normas estabelecidas são fundamentais para obter êxito na transição de cargos. Ricca sempre aconselha valer-se da Governança Corporativa, que, "por meio de um Conselho de Administração tem a função de minimizar conflitos e diminuir os riscos durante o processo, pois irá estabelecer regras e deixará clara a função de cada pessoa dentro da empresa".

Pesquisas

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que de cada 100 empresas familiares abertas e ativas, apenas 30 sobrevivem à primeira sucessão e cinco chegam à terceira geração. Falta de capacitação dos herdeiros, centralização das decisões pelo fundador, não existência de objetivos e briga entre os herdeiros pelo poder são os principais motivos para o fechamento de empresas.

Das empresas familiares brasileiras, 45% não têm plano de sucessão. Para Ricca, "as empresas familiares têm características particulares e é preciso preparar previamente os sucessores para assumir as áreas estratégicas da empresa".

Domingos Ricca
Sócio-diretor da empresa Ricca e Associados

A firma de auditoria KPMG realizou no segundo semestre de 2015 uma pesquisa com empresas familiares. Distribuídos em 16 estados brasileiros, foram computadas as opiniões de 201 respondentes. Com o nome de "Retratos de Família – um Panorama do Histórico e de Perspectivas das Empresas Familiares Brasileiras", a pesquisa observou que o controle é de uma única família em 77% delas. A boa nova é que 85% acham muito importante a separação entre os interesses da família e os do negócio; 77% têm estrutura de governança e 74% prepara e treina o sucessor antes de efetivá-lo na função.

A diretoria executiva é composta por membros da família em 55% das empresas; apenas 16% têm gestão profissionalizada, sem participação familiar. Mais da metade das empresas -53%- afirmou que têm um plano sucessório.

Para a KPMG, "a quantidade de membros da família que dependem financeiramente das suas empresas aumenta exponencialmente a cada geração e, para que a empresa esteja apta a atender às necessidades da família, precisa estabelecer uma estrutura adequada de governança e de desenvolvimento da organização, de forma a atingir o crescimento e a lucratividade esperados, além da perenidade do negócio."

"A CONTABILIDADE PODE CONTRIBUIR PARA QUE O BRASIL SAIA DA CRISE REFLETINDO A REALIDADE ECONÔMICA DAS ORGANIZAÇÕES, COM TRANSPARÊNCIA"

Representante brasileiro do *International Accounting Standards Board* (Iasb), Amaro Luiz de Oliveira Gomes é contador desde 1985, quando se bacharelou na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Lancaster, da Inglaterra, integra o Comitê Internacional de Contabilidade desde 2009. Em primeira mão, ele antecipa à **Revista do CRCSP** as normas que entrarão em vigor nos próximos anos. Leia a entrevista a seguir.

Amaro Gomes
Representante brasileiro no Iasb

Como se deu a sua ida para o Iasb?

Os *trustees* da Fundação IFRS decidiram, em 2008, criar uma posição no Iasb para representante da América do Sul. As entrevistas começaram em abril de 2008 e culminaram com o convite em fevereiro de 2009 para que eu começasse a integrar o Iasb a partir de julho daquele ano. Meu envolvimento com o processo de adoção das IFRS no Brasil, desde 1996, a ativa participação em grupos de trabalho internacionais, a formação acadêmica e a fluência no inglês foram requisitos básicos, e fundamentais, nesse processo.

Que planos de trabalho o senhor está desenvolvendo no momento no Iasb? Quais são as novidades para 2016?

Minha principal responsabilidade está associada ao desenvolvimento das IFRS. Nesse particular, atuo diretamente em projetos específicos, de que são exemplo os que tratam de instrumentos híbridos e atividades reguladas, bem como nas discussões relativas aos projetos de normas na agenda de trabalho do Iasb. Além disso, acompanho os processos de implementação das IFRS na América Latina, assessorando e dando apoio para que o façam de maneira correta e completa, junto aos auditores, reguladores, contadores, empresas, analistas, investidores e academia, entre outros. Dentre as novidades para 2016 destaco a preparação para as normas que entrarão em vigor nos próximos anos (IFRS 9, IFRS 15, IFRS 16), a discussão dos principais aspectos das normas em desenvolvimento (contratos de seguros, estrutura conceitual) e a definição da agenda de projetos do Iasb para o período de 2017 a 2021.

Nos países que adotaram as IFRS, o senhor notou resistência dos profissionais na fase de implantação?

Não há um comportamento padrão dos profissionais. Depende de vários aspectos, como cultura, histórico da ciência contábil, estágio de desenvolvimento da profissão, integração com outros mercados, nível de abertura econômica (por exemplo, a participação de investidores estrangeiros). Os matizes são

diversos e nos extremos é possível identificar países em que ocorreu uma resistência mais intensa e outros em que a aceitação foi imediata.

O senhor considera que as pequenas e médias empresas brasileiras já fazem uso das Normas Internacionais de Contabilidade?

A partir do momento em que o Brasil adotou as IFRS, inclusive para PMEs, evito fazer referência específica às 'Normas Internacionais de Contabilidade'. A razão é muito simples, e lógica, no meu entender: no momento em que o CFC edita uma resolução estabelecendo procedimentos contábeis, mesmo que incorporando as IFRS, essas passam a ser Normas Brasileiras de Contabilidade. O CFC tem sido responsável e responsivo às demandas dos profissionais e empresas brasileiras, desenvolvendo normas específicas para as empresas de menor porte. O mais importante, na minha visão, é a manutenção de uma mesma literatura básica, de modo a não criar diversidade significativa, o que afetará a estrutura e complexidade da educação.

As Normas Internacionais de Contabilidade implantadas no Brasil já estão consolidadas ou precisam de revisão?

As normas brasileiras já incorporam a literatura vigente e devem manter-se atualizadas com as normas que entrarão em vigor, mais precisamente a IFRS 9, a IFRS 15 e a IFRS 16. É absolutamente fundamental que sejam implementadas no Brasil na data de entrada em vigor estabelecida pelo Iasb.

Quais as principais diferenças da Contabilidade antes e depois da adoção das IFRS?

Existem estudos bem completos que identificam essas diferenças. Minha percepção, inclusive a partir da leitura dos referidos trabalhos, é de que as inovações técnicas introduzidas pelas IFRS, como o registro contábil de operações de arrendamento mercantil, o teste de recuperabilidade, a classificação de instrumentos financeiros, a avaliação ao valor justo, e a classificação de instrumentos com característica de dívida e de capital, foram as mais significativas. Adicionalmente, o volume de notas explicativas aumentou significativamente, gerando discussões, muito positivas a meu ver, sobre a qualidade das informações *versus* a quantidade de dados não relevantes.

O senhor acha que países que adotam as IFRS têm mais credibilidade no mercado?

Tenho certeza de que os investidores internacionais, e os usuários em geral, valorizam de maneira significativa o uso das IFRS. Uma das melhores referências para confirmar essa percepção é o custo de capital, e estudos acadêmicos brasileiros identificaram benefícios associados (redução do custo de capital) com a adoção das IFRS.

Como o Iasb tem visto a adoção das IFRS pela Contabilidade brasileira?

Com admiração, pela seriedade e planejamento que envolveu todo o processo, desde as discussões iniciais, ainda nos anos 1990, até a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, a percepção é de que a qualidade dos profissionais brasileiros facilita o processo de implementação das IFRS, visto o reduzido volume de questionamentos, mesmo considerando uma economia diversificada e, em algumas indústrias, bastante sofisticada.

Para quem não entende de contabilidade, como o senhor explicaria a transição que se deu pós-adoção das IFRS no Brasil?

Na realidade, esta não é uma questão incomum. Nessas situações, explico que não ocorreu uma 'revolução' na contabilidade brasileira. A adoção das IFRS representou, na realidade, uma 'evolução'. Desde a aprovação da Lei n.º 6.404, em 1976, nossa contabilidade incorporou as melhores práticas e, na realidade, estava bem próxima das exigências das IFRS. A 'evolução' significou a aplicação de procedimentos como teste de recuperabilidade e exigência de avaliação pelo valor justo e a consequente possibilidade de comparação das opções de investimento no Brasil com aquelas disponíveis em outros países.

Quais os pontos positivos a favor da Contabilidade brasileira com a adoção das IFRS?

Para mim, o principal é equiparar, mediante a possibilidade de comparação, as empresas brasileiras com suas concorrentes internacionais. A integração de mercados financeiros é uma realidade e contar com os recursos dos investidores internacionais é absolutamente fundamental para viabilizar investimentos de longo prazo, considerando o baixo nível de poupança interna no Brasil.

E os pontos negativos?

A impossibilidade de responder rapidamente a necessidades específicas para retratar eventos econômicos domésticos, caso não haja previsão nas IFRS, visto que o processo de desenvolvimento de normas internacionais demanda tempo.

A Contabilidade mundial ainda se divide em US Gaap e IFRS. O senhor acredita que um dia haverá uma fusão dessas normas e o mundo falará a mesma linguagem contábil?

Acho que é o caminho natural, mas tenho a convicção de que ainda estamos distantes desse momento. Em termos geopolíticos, já existe o apoio e recomendações específicas nesse sentido, e não somente em decorrência da crise de 2008, como restou estabelecido pelo G-20. Na realidade, desde a crise asiática, em 1997, o G-7 já identificara a adoção de normas de contabilidade de aceitação internacional como um dos requisitos essenciais para a estabilidade econômica. Mas esse processo ainda vai demandar tempo para concretizar-se.

Quando o senhor vem ao Brasil qual a principal surpresa ao entrar em contato com os colegas brasileiros?

O nível de conhecimento das IFRS. Como a participação dos brasileiros nas atividades do Iasb, tais como consultas públicas, é baixa, quando comparada com outros países emergentes, seria natural imaginar que não acompanham com interesse as discussões em andamento. A realidade é que, de uma maneira geral, estão bastante atualizados e os questionamentos são do mesmo nível daqueles que participam mais ativamente.

Qual é a visão que o mundo tem da Contabilidade brasileira?

Para ser sincero, em termos mundiais, a literatura contábil é caracterizada pela divisão entre IFRS e US-Gaap. Os demais sistemas são pouco conhecidos e raramente são objeto de referência. Na América Latina, por outro lado, a Contabilidade brasileira é idenficada como de alta qualidade e os demais países da região frequentemente buscam, na literatura contábil e na experiência brasileiras, referências de boas práticas.

Qual é a visão que o mundo tem da economia brasileira?

Nossa economia está em um momento desafiador. As expectativas quanto ao Brasil existentes no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 não se confirmaram e estamos em claro processo de estagnação em vários segmentos, com desemprego crescente, queda nos salários reais, elevação da inflação e dos juros, crescimento da dívida pública e desequilíbrio fiscal. Estamos, sem sombra de dúvida, diante do maior desafio da nossa história recente, em termos macroeconômicos. E essa realidade é perfeitamente compreendida internacionalmente.

Qual é a contribuição que a Contabilidade pode dar para que o Brasil saia da crise econômica?

Refletir adequadamente a realidade econômica das organizações, com transparência e privilegiando a relevância, capturando o interesse de investidores e viabilizando recursos para projetos de longo prazo de maturação. A credibilidade proporcionada por uma contabilidade de qualidade, conjugada a uma estrutura de governança corporativa eficiente e profissional, incluindo o imprescindível trabalho dos auditores independentes e a capacidade dos órgãos de regulação e supervisão de mercados, é fundamental para o desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais, que são pilares de economias robustas e desenvolvidas.

CUSTOS DO SETOR PÚBLICO

Nelson Machado
Contador e ex-ministro da Previdência

O setor público possui algumas peculiaridades que o distinguem do setor privado. Para trazer mais informações sobre o assunto, a **Revista do CRCSP** entrevistou o contador e ex-ministro da Previdência, Nelson Machado. Confira.

Os brasileiros começaram o ano com uma avalanche de notícias sobre dificuldades na elaboração do orçamento do país. O que é preciso para que o orçamento suporte os gastos?

De um lado estamos enfrentando uma crise que se manifesta em baixo crescimento, no aumento do desemprego e consequentemente na redução da arrecadação das receitas. Do outro, temos o crescimento das demandas por benefícios públicos, aumento e melhoria das ações de saúde e educação. É óbvio que essa conta não fecha. No setor público, a discussão das receitas é, na realidade, uma discussão sobre qual classe social paga a conta. Pode-se aumentar a arrecadação usando tributos indiretos, assim a população de forma geral paga. Ou aumentar tributos sobre o lucro e propriedade e os mais abastados pagam um pouco mais. Ou reduzir fortemente os gastos com educação e saúde e aí, obviamente, os menos favorecidos pagam mais com a redução de serviços públicos. Não é uma equação apenas contábil, é uma equação também política.

Em que momentos a mensuração e avaliação de custos devem ser praticados?

Sempre! O setor público não quebra, mas acaba ficando com o uso do recurso muito abaixo do ponto ótimo. Acostumamos os gestores a olharem mais para a dotação orçamentária do que para o custo da ação. É muito comum o gestor não estar preocupado com o quanto custa a ação que ele está executando. A primeira pergunta que ele faz é: tenho dotação? Se há dotação, ele vai gastar.

O senhor acredita que as novas tecnologias poderiam facilitar o acesso da sociedade aos projetos públicos?

As novas tecnologias que estamos vendo são fundamentalmente a revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação. Elas são importantes e podem facilitar o acesso aos bens públicos na medida em que você começa a ampliar o que chamamos de governo eletrônico. Acho que o governo utilizando as novas ferramentas facilita muito para o cidadão se relacionar com o estado. Para atendimento na previdência social, você entra na internet e faz o seu agendamento. Depois vai até o posto e é atendido na hora marcada. Alguns lugares funcionam melhor, outros funcionam adequadamente, mas é um campo importante. E as ferramentas de TI podem colocar à disposição do cidadão um conjunto de informações muito relevantes para o acompanhamento do setor público.

Faltam informações para que o desempenho do governo possa ser avaliado pela opinião pública? Como medir a atuação governamental?

O ideal seria que tivéssemos condições de conhecer a eficiência, eficácia e a efetividade da ação do setor público. Porém, aplicarmos esses conceitos num conjunto de informações é muito difícil porque os relatórios do setor público são feitos pelos contadores públicos e nós usamos uma ciência que é só nossa. Nossa categoria, a dos contadores públicos de forma geral, tinha que fazer aqui um *mea culpa* e tentar encontrar mecanismos de divulgação dessas informações. É claro que esse *mea culpa* não é direto e imediato porque ele segue a Lei n.º 4.320, que diz quais os relatórios que precisam ser feitos.

Acho que precisamos ter na nossa categoria de contadores públicos um esforço grande para divulgarmos esses conceitos e buscarmos maneiras mais claras de comunicarmos essas informações. Fora isso, há as publicidades de governo dizendo o que fez, mas não quanto custou, qual o recurso que gastou, se ele se endividou ou não, se sacou recursos do futuro para fazer as coisas agora. Essas questões é que precisariam ser melhor discutidas e comunicadas. Enquanto não pensarmos que há uma parcela enorme de interessados na informação do setor público, mas que não está entendendo o que estamos falando, acho que vai ser relevante repensarmos essa questão.

O senhor acredita que as redes sociais podem influenciar os governos a praticar a transparência na divulgação dos gastos públicos?

Há alguns anos, nós trabalhávamos com o conceito da publicidade, que é publicar o que foi feito. Colocando tudo no **Diário Oficial** você cumpria o princípio da publicidade. Porém, o DO começou a ficar tão massudo, enorme e chato que ninguém mais lê. Ou seja, era público, mas não era transparente. Na última década, o conceito de transparência tem crescido na administração pública, temos a Lei de Acesso à Informação. Houve uma emenda na LRF criando a obrigatoriedade da transparência de todos os atos da área pública, em tempo real, num sistema que seja acessível para todos. Hoje praticamente todos os entes públicos colocam em seus sites as despesas e pagamentos. A transparência está ali e há ferramentas para pinçar os dados. O que é necessário é um olhar atento. A transparência da informação melhorou muito e esse é um caminho sem volta, mas sinto que falta a participação de entidades da sociedade civil buscando ali informações e discutindo aquelas questões de forma geral. Sempre digo nas minhas palestras que os profissionais da contabilidade poderiam ajudar muito nessa questão trabalhando e difundindo os seus conhecimentos para a sociedade.

Qual a importância da contabilidade pública que hoje se pratica no Brasil?

A contabilidade pública no Brasil vem avançando muito porque tem sido reconhecida a sua importância. Entre as décadas de 1970 e 1990, a contabilidade pública praticamente ficou esquecida no Brasil porque o processo inflacionário era alto e distorcia as informações. Todos os olhares se voltavam para o acompanhamento orçamentário, do fluxo de receita e despesa num período. Com o fim do processo hiperinflacionário, a partir da década de 2000, começa-se a olhar novamente para o balanço. Além disso, temos um movimento muito forte a partir de 2006 de olharmos para o mundo e vermos o que está sendo feito lá fora em relação à contabilidade pública. Isso começou a mudar a visão da contabilidade pública no Brasil. Houve um avanço grande valorizando fortemente a contabilidade e o patrimônio. Esse movimento perpassa pela revisão dos manuais de contabilidade, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a mudança no plano de contas do governo federal que é regra para todos os entes federativos e que vai facilitar e muito a consolidação das contas, uma obrigação que está na LRF.

Os governos têm dado o devido valor ao trabalho do profissional da contabilidade que atua na área de contabilidade pública?

Essa é uma questão bastante interessante porque muitas vezes a gente reclama da falta de valorização, mas isso é uma faca de dois gumes. Se o profissional não é valorizado e se encolhe aí ele vai ser menos valorizado ainda. Por outro lado, mesmo que ele não seja tão valorizado, se ele tem uma posição proativa, ele pode conseguir melhorias e recompensas, às vezes não materiais, porém, subjetivas para fazer o seu trabalho. Acho que hoje o contador público tem um campo vasto para trabalhar e buscar a valorização da profissão. Não espere que alguém venha te dar algo de mão beijada, tem que ir à luta. Por exemplo, neste momento discute-se no congresso nacional um projeto (PLS), o 229, praticamente uma nova Lei n.º 4.320, que é nossa bíblia na área pública, na área orçamentária e financeira da gestão pública. Não tenho visto nenhuma discussão dentro da categoria sobre o PL n.º 229. Ele vai mudar muito a maneira pela qual você monta e executa o orçamento e como você registra a execução orçamentária e não vejo um debate na sociedade sobre isso. O PL n.º 229 tem algumas questões que vão tornar complicadíssimo aquilo que já é complicado. Esse é um tema que os profissionais da contabilidade precisavam trabalhar. Não adianta ficar parado e, daqui a seis meses, se o projeto virar lei, reclamar que ali há coisas que não dá para aplicar e aspectos incongruentes. Isso tem que ser feito agora. Os nossos dirigentes contábeis poderiam pautar esse importante debate. Aliás, a Lei n.º 4.320, aprovada em 1964, só o foi daquela maneira pelo apoio e trajetória de inúmeros profissionais da contabilidade, que atuaram fortemente para aprovação da lei. Não vejo esse movimento na nossa categoria hoje em dia. Falta o profissional da contabilidade se posicionar. Ficar esperando que o prefeito ou o governador resolva dar aumento de salário para nós é chorar no deserto.

CFC CRIA CADASTRO NACIONAL DE PERITOS CONTÁBEIS PARA VALORIZAR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PERÍCIA

Instituído pela Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2016, o Novo Código de Processo Civil trouxe diversas inovações para o processo judicial, especialmente para a área de Perícia. Uma novidade é a exigência de que os tribunais mantenham um cadastro de profissionais legalmente habilitados para atuar como perito, devendo consultar os conselhos de classe para sua formação.

Para oferecer uma relação de profissionais devidamente habilitados e capacitados, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou, por meio da Resolução n.º 1.502, de 19 de fevereiro de 2016, o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC).

Os pedidos de inclusão são analisados pela Comissão do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis, do CFC. Segundo a coordenadora da Comissão, Sandra Maria Batista, a preocupação do CFC é garantir que o Cadastro atenda à finalidade a que se propõe. "Com o volume de trabalho dos tribunais e a complexidade das questões periciais, não é possível escolher um profissional sem conhecer sua especialidade".

O cadastro permite consultar os profissionais que colocam seus serviços à disposição dos tribunais, identificando sua localização e área de atuação. É o que explica a vice-coordenadora da Comissão de Mediação, Arbitragem e Perícia do CRCSP e integrante da Comissão do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do CFC, Suely Gualano Bossa Serrati.

Sandra Maria Batista
Coordenadora da Comissão do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do CFC

Suely explica que, no momento da inscrição, o perito deve declarar sua especialidade e pode optar por mais de um município ou estado de atuação. "Mas é imprescindível que as informações sejam verdadeiras e que ele não selecione opções para as quais não esteja efetivamente apto".

Suely Gualano Bossa Serrati
Conselheira do CRCSP

Paulo Cordeiro de Mello
Especialista em Avaliações Periciais Contábeis

A Resolução CFC n.º 1.502/2016 também determina que, para permanecer inscrito, o perito deve participar do Programa de Educação Profissional Continuada. "O cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada garantirá a atualização dos profissionais da contabilidade que atuam em perícia. A exigência irá aprimorar a qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, valorizar nossa área de atuação", declarou Suely.

Atenção no envio das informações

Os profissionais têm até 31 de dezembro de 2016 para requerer sua inscrição. A partir de 1º de janeiro de 2017, será necessário prestar o Exame de Qualificação Técnica específico, que será regulamentado pelo CFC, para ingressar no Cadastro.

A solicitação é feita no portal do CFC, de forma voluntária e gratuita. "No portal do CFC está disponível um passo-a-passo, para auxiliar no correto preenchimento do pedido", orienta Suely. Podem se inscrever os contadores com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade (CRC) que comprovem a realização de, pelo menos, uma perícia contábil.

"Os documentos para comprovação da experiência estão descritos no artigo 2º da Resolução n.º 1.502/2016. É necessário fazer *upload* deles, em formato PDF, no ato da solicitação. Observa-se que os documentos exigidos nos incisos I, II e III do artigo 2º são cumulativos, não alternativos", alertou a conselheira do CRCSP.

O especialista em Avaliações Periciais Contábeis e membro da Comissão do CNPC Paulo Cordeiro de Mello também recomenda atenção especial no envio da documentação comprobatória. "A principal causa de deferimento de pedidos tem sido o envio de documentação incompleta", destacou.

LEIS BRASILEIRAS QUE PROTEGEM O MEIO AMBIENTE: EXISTEM, MAS NÃO SÃO EFETIVAS

Gardênia Maria Braga de Carvalho
Contadora e doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Em novembro de 2015, o Brasil e o mundo assistiram estarrecidos ao rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco. Em minutos, o distrito Bento Rodrigues, da histórica cidade de Mariana, em Minas Gerais, ficou totalmente destruído. Dezenove pessoas morreram.

Maior desastre do gênero no mundo nos últimos 100 anos, a mineradora, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, provocou danos ambientais irreversíveis. Foram despejados no Rio Doce de 50 a 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Como consequência, a biodiversidade foi eliminada nos seus 600 quilômetros, além da destruição florestal das áreas adjacentes e falta de trabalho para pescadores e agricultores da região atingida.

Passados sete meses da tragédia, a estimativa de custos de cerca de 30 ações de recuperação dos locais afetados já chega a R$ 26 bilhões.

Para tentar entender como um desastre dessa dimensão aconteceu, conversamos com a contadora e doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente Gardênia Maria Braga de Carvalho.

Veja a seguir.

Por que algumas empresas, apesar de terem bons relatórios de sustentabilidade, cometem crimes ambientais?

Acredito que as empresas que realmente tem "bons relatórios de sustentabilidade" estão resguardadas de crimes ambientais. É que as empresas que têm atividades que impactam negativamente o meio ambiente e que, portanto, precisam de autorização dos órgãos ambientais para se instalarem, apresentam nesses relatórios os impactos negativos e as medidas mitigadoras dentro do limite de resiliência do meio ambiente. Teoricamente, os órgãos ambientais analisam e somente autorizam o que pode ser realizado. Ocorrendo dessa forma, e havendo o reconhecimento contábil pelas empresas, certamente os relatórios de sustentabilidade estarão refletindo a realidade e não somente "maquiando" informações.

Que tipo de empresa se preocupa em fazer relatórios de sustentabilidade?

Atualmente, é cada vez maior o número de empresas com essa preocupação de elaborar relatórios de

sustentabilidade. Essa iniciativa está diretamente ligada à imagem positiva da empresa. Porém, infelizmente, nem sempre essa medida pode ser associada à postura de responsabilidade ambiental. É preciso que haja uma compatibilidade entre as informações constantes nos relatórios de sustentabilidade, as ações efetivas de responsabilidade ambiental e as evidenciações ambientais, estas relacionadas aos registros contábeis.

Os relatórios se baseiam em quais pontos?

Não existe uma obrigatoriedade na apresentação dos relatórios de sustentabilidade e, portanto, não existe uma estrutura padronizada que requeira pontos a serem apresentados. Porém, é importante que as informações tenham como base ações efetivas da empresa na área ambiental e que possam ser integradas com os demais relatórios, inclusive com demonstrativos obrigatórios e suas notas explicativas.

Qual é o papel do profissional da contabilidade na produção dos relatórios de sustentabilidade?

Cada dia é mais importante que o profissional de contabilidade tenha a percepção dessa interação da entidade com o meio ambiente. Essa tem sido uma demanda dos usuários da informação contábil. Existe um sentimento por parte da sociedade, até em decorrência das mudanças ambientais sofridas por todos, da responsabilidade dos diversos atores, dentre eles das empresas que usam recursos do meio ambiente e que descartam seus dejetos também no meio ambiente. Então, o profissional precisa analisar a essência de eventos dessa natureza e informar na contabilidade.

Os cursos de Ciências Contábeis estão investindo em Contabilidade Ambiental?

Cada dia mais a disciplina de Contabilidade Ambiental está deixando de ser optativa para ser obrigatória nas grades curriculares dos diversos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Isso deveria estar ocorrendo com maior celeridade, mas mesmo assim essa medida demonstra que está havendo uma sensibilização para a importância da matéria. Vale destacar que as Ciências Contábeis têm uma grande contribuição a dar para a sustentabilidade ambiental e a obrigatoriedade de uma disciplina específica no curso em muito contribuirá para formar profissionais mais preparados nessa área.

O Brasil ainda está traumatizado com a tragédia de Mariana. A senhora acredita que a imagem do país fica arranhada no exterior?

O mundo espera muito do Brasil na área de sustentabilidade. Um desastre dessa magnitude demonstra que ainda temos muito que evoluir. Apesar de o Brasil ter uma das legislações ambientais mais completas do mundo, uma estrutura de órgãos de proteção ambiental bem ramificada (União, estados e municípios), precisamos admitir que ainda existem muitas falhas a serem corrigidas. Verificam-se lacunas nas medidas de acompanhamento prévio por parte dos órgãos ambientais, nas ações da empresa durante o desenvolvimento de suas atividades e nas medidas protetivas após a ocorrência do acidente. A empresa, no seu relatório de sustentabilidade, apresentou outras espécies de riscos como: "forte oscilação no preço do minério de ferro", "os recursos hídricos, por conta da estiagem prolongada na Região Sudeste" e "a pressão de custos", em nada dimensionando os riscos ambientais relacionados à barragem do Fundão.

Existem leis que protegem o meio ambiente?

Como já havia dito, o Brasil é o país com uma das legislações ambientais mais completas do mundo. Leis não faltam, o que falta é a efetividade dessas leis.

As leis são aplicadas quando acontecem desastres como o de Minas Gerais?

Elas, na verdade, preveem medidas que antecedem a instalação do empreendimento, medidas de acompanhamento das atividades impactantes ao meio ambiente e também existe a lei específica para crimes ambientais. Porém, é válido destacar que nada ressarcirá o dano causado por um desastre como esse.

Como a Contabilidade pode contribuir para apontar falhas na gestão ambiental?

A Contabilidade é a ciência que tem como objetivo informar. O uso dessas informações é o subsídio necessário e suficiente para uma boa gestão ambiental.

VALORIZANDO A EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Como entidades da profissão contábil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) têm entre seus objetivos incentivar o aprimoramento constante das Ciências Contábeis. E uma das formas de promover esta atualização é reconhecer o talento e dedicação dos estudantes e profissionais da área acadêmica.

Com esse objetivo, o CFC irá premiar os melhores trabalhos técnicos e científicos no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC). O Congresso será realizado em Fortaleza, Ceará, entre os dias 11 e 14 de setembro de 2016. As inscrições ainda estão abertas e podem ser feitas no site do evento – http://cbc.cfc.org.br.

Trabalhos científicos são aqueles que resultam de investigações acadêmicas, são realizados com rigor metodológico e buscam acrescentar conhecimento às Ciências Contábeis. Já os trabalhos técnicos têm como objetivo uma aplicação mais prática.

Os trabalhos enviados ao Comitê Científico do 20º CBC versam sobre os temas: Auditoria e Perícia, Governança Corporativa, Contabilidade Financeira, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, Contabilidade Tributária, Controladoria, Educação e Pesquisa em Contabilidade e temas livres.

De acordo com o coordenador do Comitê Científico do Congresso, responsável pela avaliação dos trabalhos, Valcemiro Nossa, o objetivo da premiação é fornecer um estímulo adicional à produção acadêmica, "o que faz com que a qualidade dos estudos voltados às Ciências Contábeis seja elevada como um todo", destacou.

Nossa explicou também os benefícios trazidos para a profissão. "A Ciência se desenvolve por meio de pesquisas.

Valcemiro Nossa
Coordenador do Comitê
Científico do 20º CBC

Toda vez que pesquisamos uma realidade, estamos fortalecendo ou refutando determinadas teorias, podendo criar novas ou revisar aquelas já aplicadas".

Foram então selecionados os três melhores trabalhos, cujos autores receberão premiações em dinheiro do CFC: R$ 8 mil para o primeiro lugar, R$ 6 mil para o segundo e R$ 5 mil para o terceiro colocado. "Ter um trabalho premiado passa a fazer parte do currículo do pesquisador e isso traz benefícios quando ele estiver sendo avaliado, além de aumentar a possibilidade de o trabalho ser publicado em uma boa revista técnica ou científica", concluiu Valcemiro Nossa.

Teses e dissertações

Outro exemplo de incentivo à produção acadêmica é o Prêmio de Teses e Dissertações, criado pelo CRCSP para promover os melhores trabalhos de mestres e doutores da área contábil.

O Prêmio de Teses e Dissertações do CRCSP foi criado em 2012 e, atualmente, é regulamentado pela Resolução CRCSP n.º 1.176, de 4 de agosto de 2014. São avaliados os trabalhos submetidos pelas instituições de ensino que versem sobre

as Ciências Contábeis e que tenham sido defendidos no ano anterior, devendo os autores possuir registro ativo no CRCSP.

São homenageados em solenidade no CRCSP os autores e orientadores da melhor tese de doutorado e das três melhores dissertações de mestrado, que recebem um diploma de mérito e, no ano em que for realizada a Convenção Estadual dos Profissionais da Contabilidade, têm direito à inscrição gratuita no evento.

Os trabalhos são julgados pela Comissão de Desenvolvimento Científico do CRCSP. A coordenadora, Maria Thereza Pompa Antunes, destaca a qualidade técnica dos trabalhos: "o nível das dissertações e teses tem sido excelente e percebemos que o interesse por temas com aplicação mais imediata na atividade profissional tem crescido".

Maria Thereza Pompa Antunes
Coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Científico do CRCSP

Em sua avaliação, a qualidade dos cursos contábeis é um dos fatores que contribuem para este resultado. "Nós temos programas de pós-graduação muito bem avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Logo, os produtos gerados não haveriam de ser diferentes", destacou.

Ela também falou sobre os benefícios da premiação para os vencedores. "Ter uma pesquisa premiada contribui para a visibilidade do resultado da pesquisa, do autor, do orientador e da instituição de ensino. E a premiação, em si, já é um grande reconhecimento pelos anos de dedicação, pela entrega e pela intelectualidade do pesquisador."

Maria Thereza revela ainda que as inscrições para a premiação deste ano estarão abertas entre julho e o início de agosto de 2016.

Apresentação de trabalhos técnico-científicos na Convecon

Outra premiação realizada pelo CRCSP acontece na Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon). Na 24ª Convecon, realizada de 14 a 16 de junho de 2015, em Santos, foram apresentados trabalhos técnicos-científicos produzidos por profissionais, professores e estudantes de graduação e cursos técnicos.

Os três melhores trabalhos, escolhidos por uma comissão avaliadora, receberam prêmios em dinheiro. Além disto, todos que apresentaram seus trabalhos na Convenção receberam 15 pontos no Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), conforme estabelece a norma NBC PG 12.

A comissão avaliadora dos trabalhos foi formada por renomados nomes da Contabilidade. A professora de cursos de pós-graduação e integrante da Comissão avaliadora Marta Cristina Pelucio Grecco destacou que o nível dos trabalhos enviados para a comissão foi, em geral, muito bom: "toda vez que você analisa trabalhos acadêmicos para um congresso ou convenção você encontra trabalhos bons e ruins. E com a triagem realizada pela Comissão conseguimos selecionar os melhores para serem apresentados".

Marta Cristina Pelucio Grecco
Membro da Comissão avaliadora dos trabalhos da 24ª Convecon

Ela questiona, no entanto, a necessidade de aproximação entre a área acadêmica e o mercado de trabalho, para um maior aproveitamento dos resultados das pesquisas. "Muitos estudos ainda são voltados às companhias abertas, seja pela disponibilidade dos dados ou pelo próprio objeto da pesquisa. No entanto, 99% das Pessoas Jurídicas são Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e é necessário nos preocuparmos com a aplicabilidade dos resultados a esta realidade".

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Zulmir Ivânio Breda
Vice-presidente Técnico do CFC

A elaboração de leis na área contábil é uma prerrogativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conforme estabelece a Lei n.º 12.249/2010, que alterou o Decreto-Lei n.º 9.295/1946. De acordo com a legislação, cabe ao CFC "regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional".

No entanto, órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) têm a prerrogativa específica de editar normas contábeis para as entidades por eles supervisionadas.

Sendo a contabilidade uma área específica, são necessários alguns pontos de atenção para a elaboração da legislação contábil. Conforme explica o vice-presidente Técnico do CFC, Zulmir Ivânio Breda, é preciso levar em consideração os Princípios da Contabilidade e a Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros.

Além disso, o Brasil passou por um processo de convergência e as Normas Brasileiras de Contabilidade estão de acordo com os padrões internacionais. As normas profissionais têm como base o Código de Ética da Federação Internacional de Contadores (Ifac – *International Federation of Accountants*).

No caso das normas técnicas, há uma divisão. As normas relacionadas à escrituração contábil seguem as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – I*nternational Financial Reporting Standards*), elaboradas pelo Comitê Internacional de Contabilidade (Iasb – *International Accounting Standards Board*).

Já as normas de auditoria têm como base as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs – *International Standards on Auditing*), quando se trata de auditoria de demonstrações contábeis para fins gerais; as ISRE para revisão limitada, as ISAE para asseguração e as ISRS sobre serviços correlatos. Todas elas são editadas pela Federação Internacional de Contadores (Ifac – *International Federation of Accountants*).

A elaboração de novas normas está de acordo com os organismos internacionais. "São editadas novas regras sempre que esses órgãos – Iasb e Ifac – lançam normas que ainda não possuem correspondentes editadas e convergidas pelo CFC", esclarece Zulmir.

AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ESTÃO ESTRUTURADAS EM:

PROFISSIONAIS
- NBC PG: geral
- NBC PA: do Auditor Independente
- NBC PI: do Auditor Interno
- NBC PP: do Perito

TÉCNICAS:
- NBC TG: geral
- NBC TSP: do Setor Público
- NBC TA: de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica
- NBC TR: de Revisão de Informação Contábil Histórica
- NBC TO: de Asseguração de Informação Não Histórica
- NBC TSC: de Serviço Correlato
- NBC TI: de Auditoria Interna
- NBC TP: de Perícia
- NBC TAG: de Auditoria Governamental

CONTEÚDOS GRAVADOS

Acesse os conteúdos com temas atuais e relevantes.

Para você escolher o conteúdo que atenda suas necessidades, buscar no seu dia a dia o melhor horário e ter a liberdade de escolher quando e de onde acessar.

- Contabilização das Retenções de Tributos sobre Serviços Prestados
- Prestações de Contas de Campanhas Eleitorais
- Contabilidade Pública
- Ética Empresarial – Políticas Corporativas para o Atual Cenário
- Inteligência Fiscal: Cruzamento de Informações
- Demonstrações Contábeis
- OTG 1.000: Obrigatoriedade da Escrituração
- Cadastro Nacional de Peritos Contábeis
- O Novo Relatório do Auditor Independente
- Escrituração Contábil Fiscal
- Decore: Novo Sistema de Emissão
- Terceiro Setor: Novo Marco Regulatório
- ICMS: Novas Regras – Atualização
- Procedimentos Contábeis e Pontos de Atenção no Controle por Subcontas
- Relatórios Gerenciais – Uso das Informações Contábeis para Tomada de Decisão
- Entrega de Documentos Digitais na Receita Federal

Acesse no portal do CRCSP – www.crcsp.org.br – em Desenvolvimento Profissional, Conteúdos Gravados com certificado de acesso. Confira o cronograma de atividades presenciais em sua região e temas.

Atenção

A Norma de Educação Profissional Continuada visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, indispensáveis à qualidade dos serviços prestados.

A EPC é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que:

- **São responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis,** ou que exerçam funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações contábeis das empresas consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 (Sociedades de Grande Porte);
- **Possuem registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI),** exercendo, ou não, a atividade de auditoria independente;
- **São auditores, inclusive sócios,** exercendo, ou não, atividade de auditoria independente, responsáveis técnicos e demais profissionais que exerçam cargos de direção ou gerência técnica, nas firmas de auditoria que são submetidas às normas da CVM, BCB e Susep;
- **Prestam serviços de auditoria** em qualquer tipo de empresa, inclusive profissionais das organizações contábeis que tenham em seu objeto social atividade de auditoria.

Para atender à Norma, os profissionais devem cumprir pelo menos 40 pontos por ano-calendário em atividades de EPC. Desse total, 20% devem ser em atividades de aquisição de conhecimento.

Mais informações: desenvolvimento@crcsp.org.br

AGENDA

Palestra · Oficina Técnica · Seminário

Regional	Data	Ativi-dade	Tema	Cidade	Pontuação EPC				
					Auditoria			Resp Téc Emp Gde Porte	
					QTG	CMN	SU-SEP	Con-tador	Técnico
Araçatuba	11/ago	Oficina	NBCTG 1000 - Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	Birigui	4	-	-	-	-
Araçatuba	17/ago	Palestra	Notas Explicativas (Principalmente para Balanços de PMEs)	Araçatuba	3	-	-	-	-
Araçatuba	30/ago	Palestra	Fiscalização Preventiva: "Orientações e Procedimentos"	Birigui	-	-	-	-	-
Araraquara	11/ago	Palestra	Procedimentos Contábeis e Pontos de Atenção no Controle por Subcontas	Araraquara	3	3	3	3	3
Araraquara	17/ago	Seminário	Contabilidade Rural - Normas Aplicáveis (Procedimentos)	Matão	4	-	-	4	4
Araraquara	26/ago	Seminário	PMEs - Contabilidade de Custos - Gestão Estratégica	São Carlos	4	-	-	-	-
Bauru	03/ago	Seminário	Relatórios Gerenciais - Uso das Informações Contábeis para Tomada de Decisão	Jaú	3	3	3	3	3
Bauru	17/ago	Oficina	NBCTG 1000 - Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e aspectos Práticos)	Bauru	4	-	-	-	-
Bauru	24/ago	Oficina	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Novas Normas Contábeis	Dois Córregos	4	4	4	4	4
Campinas	04/ago	Seminário	PMEs - Contabilidade de Custos - Gestão Estratégica	Paulinia	4	-	-	-	-
Campinas	10/ago	Palestra	Procedimentos Contábeis e Pontos de Atenção no Controle por Subcontas	Sumaré	3	3	3	3	3
Campinas	18/ago	Seminário	Terceiro Setor: Atualização para 2016 com Base na ITG 2002 (R1) Ênfase na Escrituração	Campinas	3	-	-	3	3
Guarulhos	11/ago	Palestra	Procedimentos Contábeis e Pontos de Atenção no Controle por Subcontas	Mogi das Cruzes	3	3	3	3	3
Guarulhos	17/ago	Seminário	Relatórios Gerenciais - Uso das Informações Contábeis para Tomada de decisão	Guarulhos	3	3	3	3	3
Jundiaí	11/ago	Seminário	Relatórios Gerenciais - Uso das Informações Contábeis para Tomada de decisão	Jundiaí	3	3	3	3	3
Jundiaí	17/ago	Seminário	Normas Contábeis PMEs - DEMONSTRAÇÕES E OUTROS (Seções 01,02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10)	Itatiba	4	-	-	-	-
Marília	09/ago	Seminário	Terceiro Setor - Principais Lançamentos Contábeis, Doações, Subvenções e Parcerias (Pré e Pós-pago), Imobilizado (Controles e Adequações à Norma), Obrigações Acessórias e Rateio por Áreas de Atuação.	Piraju	4	-	-	4	4
Marília	17/ago	Palestra	Procedimentos Contábeis e Pontos de Atenção no Controle por Subcontas	Marília	3	3	3	3	3
Marília	23/ago	Oficina	NBCTG 1000- Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	Paraguaçu Paulista	4	-	-	-	-
Osasco	09/ago	Oficina	NBCTG 1000- Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	Barueri	4	-	-	-	-
Osasco	18/ago	Maratona Contábil	Notas explicativas, Terceiro Setor, Contabilidade Pública, Auditoria e Planejamento Tributário	Osasco	3	-	-	3	3
Pres. Prudente	12/ago	Oficina	NBCTG 1000- Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	Rancharia	4	-	-	-	-
Pres. Prudente	19/ago	Seminário	Perícia Contábil (Cadastro Nacional de Peritos e o Novo Código de Processo Civil)	Presidente Venceslau	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	04/ago	Oficina	NBCTG 1000- Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	Orlândia	4	-	-	-	-
Ribeirão Preto	24/ago	Seminário	Terceiro Setor - Demonstrações Contábeis Obrigatórias	Franca	3	-	-	3	3
Ribeirão Preto	16/ago	Palestra	Fiscalização Preventiva: "Orientações e Procedimentos"	Ribeirão Preto	-	-	-	-	-
S. B. Campo	09/ago	Palestra	Fiscalização Preventiva: Orientações e Procedimentos	São Bernardo	-	-	-	-	-
S. B. Campo	18/ago	Oficina	Ajuste a Valor Presente - Aspectos Práticos	Diadema	3	3	3	3	3
S. J. B. Vista	05/ago	Oficina	OTG 1000 - Modelo Contábil para MEs e EPP - Critérios e Procedimentos	Mogi Mirim	3	-	-	-	-
S. J. B. Vista	11/ago	Seminário	Relatórios Gerenciais - Uso das Informações Contábeis para Tomada de Decisão	S. J. B. Vista	3	3	3	3	3
S. J. B. Vista	19/ago	Oficina	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Novas Normas Contábeis	Leme	4	4	4	4	4
S. J. Campos	10/ago	Oficina	NBCTG 1000- Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	Taubaté	4	-	-	-	-
S. J. Campos	16/ago	Oficina	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Novas Normas Contábeis	Cruzeiro	4	4	4	4	4
S. J. Campos	18/ago	Palestra	Notas Explicativas (Principalmente para Balanços de PMEs)	S. J. Campos	3	-	-	-	-
S. J. R. Preto	17/ago	Oficina	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Novas Normas Contábeis	S. J. R. Preto	4	4	4	4	4
S. J. R. Preto	24/ago	Seminário	Terceiro Setor - Principais Lançamentos Contábeis, Doações, Subvenções e Parcerias (Pré e Pós-pago), Imobilizado (Controles e Adequações à Norma), Obrigações Acessórias e Rateio por Áreas de Atuação.	Fernandópolis	4	-	-	4	4
Santo André	11/ago	Oficina	NBCTG 1000 - Contabilidade para PMEs (Obrigatoriedade da Escrituração Contábil: Ajustes e Aspectos Práticos)	São Caetano Sul	4	-	-	-	-
Santo André	02/ago	Palestra	Fiscalização Preventiva: Orientações e Procedimentos	Santo André	-	-	-	-	-
Santos	10/ago	Palestra	Procedimentos Contábeis e Pontos de Atenção no Controle por Subcontas	Guarujá	3	3	3	3	3
Santos	17/ago	Oficina	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Novas Normas Contábeis	Santos	4	4	4	4	4

20º Congresso Brasileiro de Contabilidade

11 a 14 de setembro de 2016 • Fortaleza/Ceará

Contabilidade:
Transparência para o Controle Social

Inscrições Abertas!

Em 2016, a capital cearense sediará o maior evento para a classe contábil brasileira.

O 20° CBC pretende reunir 8 mil profissionais dos quatro cantos do País. Um rica programação está sendo cuidadosamente preparada para este que promete ser o maior Congresso já realizado para os profissionais brasileiros.

Garanta agora sua vaga, faça sua inscrição!

Informações: cbc.cfc.org.br

Realização: CFC Conselho Federal de Contabilidade · CRCCE Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

Apoio: ABRACICON Academia Brasileira de Ciências Contábeis

Organização: FBC Fundação Brasileira de Contabilidade

Um mundo de informações na palma da sua mão!

Siga nossos perfis e fique por dentro das novidades da área contábil!

CRCSP